

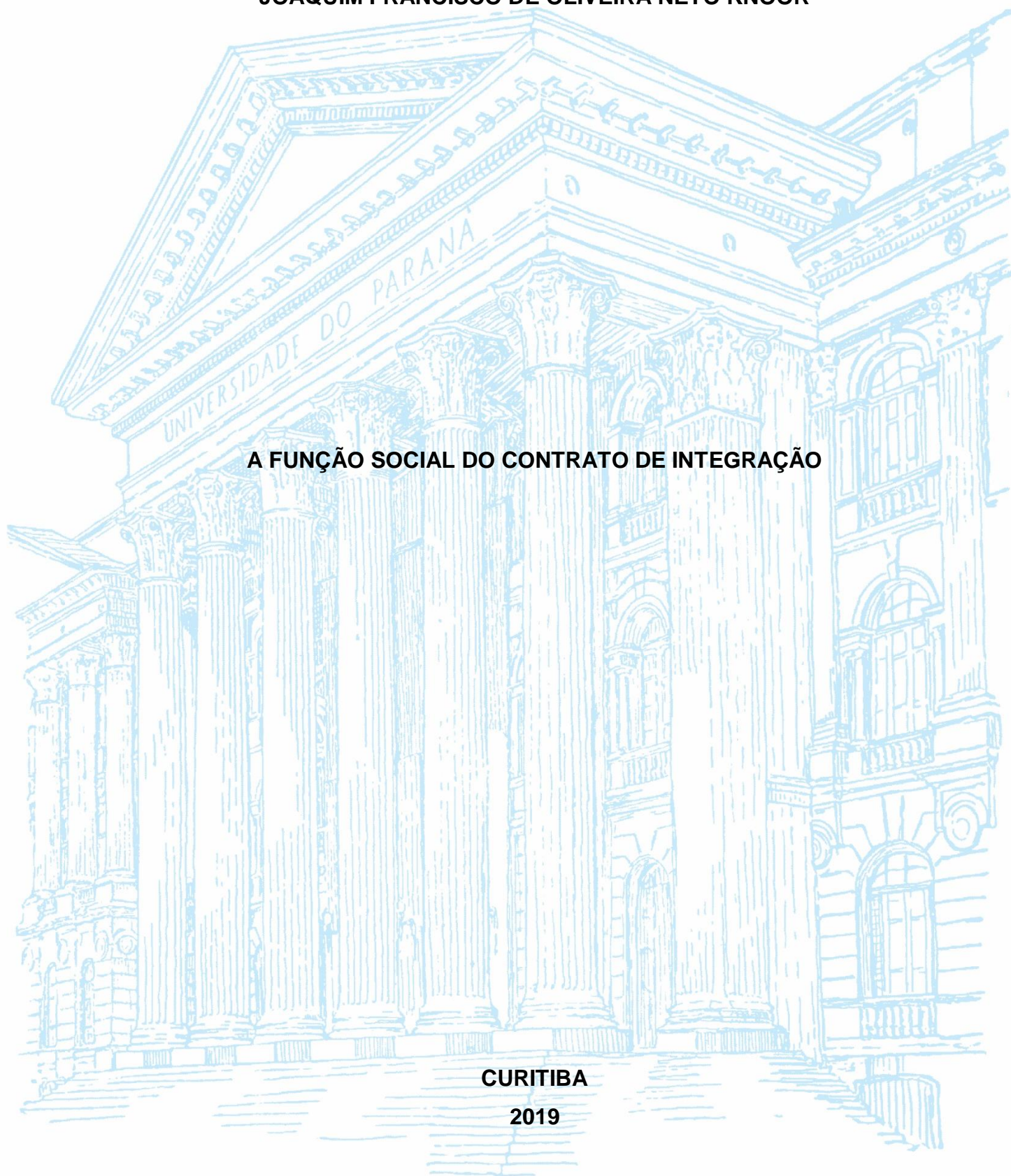
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOAQUIM FRANCISCO DE OLIVEIRA NETO KNOOR

A FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO DE INTEGRAÇÃO

CURITIBA

2019



JOAQUIM FRANCISCO DE OLIVEIRA NETO KNOOR

A FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO DE INTEGRAÇÃO

Artigo científico apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito, Curso de Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Katya Regina Isaguirre

Curitiba

2019

TERMO DE APROVAÇÃO

JOAQUIM FRANCISCO DE OLIVEIRA NETO KNOOR

A FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO DE INTEGRAÇÃO

Artigo científico apresentado ao curso de Direito, Setor de ciências jurídicas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Direito.

Prof(a). Dr(a)./Msc. _____

Orientador(a) – Departamento _____, INSTITUIÇÃO

Prof(a). Dr(a)./Msc. _____

Departamento _____, INSTITUIÇÃO

Prof(a). Dr(a)./Msc. _____

Departamento _____, INSTITUIÇÃO

Curitiba, __ de _____ de 201__.

Para Oscar Henrique, Sônia Aparecida e Orton de Oliveira, minha família querida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Oscar e Sônia, por me ensinaram que o essencial é invisível aos olhos, pelo amor incondicional, e pelos valores ensinados. Ao meu irmão Orton, meu confidente, ombro amigo em todas as horas.

Agradeço aos familiares que me apoiaram, em especial aos meus avós João Knor, Marianne Bartmeyer, Lourdes Cadan e Joaquim de Oliveira, que sempre lutaram por uma vida melhor através do suor no campo, pelo doce acrescentado em minha infância.

Agradeço à Professora Katya Isaguirre, além de fantástica profissional, uma pessoa extremamente atenciosa que acreditou em mim quando nem eu acreditava. Agradeço pela paciência, pela confiança depositada, e pela orientação primorosa.

Agradeço à Amélia Higaki, pois desde que os caminhos de nossas vidas se cruzaram tem sido para mim uma fonte de aprendizado e exemplo como ser humano, agradeço pelo apoio, e por ter me ensinado o poder da gratidão.

Agradeço à Yásmín Fujii, minha parceira de tantas aventuras que sempre esteve ao meu lado, pelo amor, carinho e compreensão nos momentos de turbulência.

Agradeço, por fim, meu amigo João Gervásio, em ser humano ímpar, por ter me abrigado em seu lar nesses últimos 5 anos, sempre estendendo a mão quando necessário.

RESUMO

O objetivo do trabalho é avaliar a contribuição do contrato de integração para o desenvolvimento rural socialmente justo e ambientalmente equilibrado. Para isso foram utilizados como fonte de dados a pesquisa bibliográfica e dados oficiais. Para o êxito da pesquisa foi analisado o conceito de desenvolvimento rural no país, a função social da terra, e os conceitos gerais do direito agrário e dos respectivos contratos. Na sequência foi estudado o contrato de integração sob a luz dos conceitos definidos anteriormente, afim de investigar a sua simetria com a teoria pós-moderna dos contratos. Os resultados mostram que a lei de integração (lei nº 13.288/16) que tipifica o contrato de integração, estabelece regras de conduta e mecanismos que visam a promoção do desenvolvimento rural do agricultor integrado.

Palavras-chave: Contrato de integração. Direito Agrário. Função social do contrato.

ABSTRACT

The objective of this paper is to evaluate the contribution of contract farming agreement to socially fair and environmentally balanced rural development. In this regard, literature research and official data were used as data source. Ensuring the success of the research, the concept of rural development in the countryside, the social role of the land, and general concepts of agrarian law and the respective contracts were analyzed. Subsequently, the contract farming agreement was studied in the light of the concepts previously defined, in order to investigate its symmetry with the postmodern contract theory. The results show that the integration law (Law No. 13.288 / 16), which typifies the integration contract, establishes rules of conduct and mechanisms aimed at promoting the rural development of the integrated farmer.

Keywords: Contract farming agreement. Agrarian Law. Social function of the contract.

LISTA DE ABREVISTURAS

ABAPA – Associação Brasileira De Proteína Animal

CADEC – Comissão Para Acompanhamento, Desenvolvimento E

Conciliação Da Integração

CC – Código Civil

CF – Constituição Federal

FONIAGRO – Fóruns Nacionais de Integração

ONU – Organização das Nações Unidas

PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

Familiar

PSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

RIPI – Relatório de Informações da Produção Integrada

PT – Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	DESENVOLVIMENTO RURAL NO PAÍS.....	10
2.1	A FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	12
2.2	PRINCÍPIOS E FONTES DO DIREITO AGRÁRIO.....	13
3	CONTRATOS AGRÁRIOS.....	15
3.1	CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS CONTRATOS AGRÁRIOS.....	16
3.2	A APLICAÇÃO DO CONCEITO PÓS-MODERNO DE CONTRATO NOS CONTRATOS AGRÁRIOS.....	18
4	CONTRATO DE INTEGRAÇÃO CONFORME A LEI 13.288/2016.....	21
4.1	OBJETO, PARTES ELEMENTOS, E REQUISITOS.....	23
4.2	FÓRUM NACIONAL DE INTEGRAÇÃO.....	25
4.3	COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO, DESENVOLVIMENTO E CONCILIAÇÃO DA INTEGRAÇÃO (CADECS).....	26
4.4	RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES DE PRODUÇÃO INTEGRADA (RIPI)27	
5	O CONTRATO DE INTEGRAÇÃO FRENTE AOS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO RURAL28	
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
	REFERÊNCIAS.....	31

1 INTRODUÇÃO

A lei de integração (nº 13.288/16) tipificou os contratos de integração celebrado entre as empresas do setor agroindustrial e produtores rurais, passando a compor o rol dos contratos agrários típicos (junto com os contratos de parceria e arrendamento), suprimindo assim a vacância legislativa que existia em um setor econômico importante que é o agronegócio.

Um dos principais setores do agronegócio que se utiliza desse modelo de contrato é a avicultura para a criação das aves até a idade de abate. O Brasil é hoje o segundo maior exportador de proteína aviária do mundo (atrás somente dos EUA). Segundo relatório anual produzido pela Associação Brasileira de Proteína Animal (ABAPA), em 2017 foram produzidas 13,05 milhões de toneladas de carne de frango, 66% desse montante para consumo interno. Neste cenário o Paraná configura disparado como o maior produtor desse tipo na unidade federativa, abatendo 32% do montante e exportando 37,20% do total exportado pela união. No campo são mais de 130 mil famílias de pequenos e médios agricultores vivendo da avicultura (ABAPA, 2018). Esses números escancaram e justificam a importância de se estudar esse novo instituto agrário, seja pelo seu peso na economia nacional e paranaense, bem como o impacto social que o envolve por ser celebrado entre pequenos e médios agricultores e empresas agroindustriais. Diante da relevância do contrato de integração se faz relevante avaliar qual a contribuição do contrato de integração para o desenvolvimento rural na sua relação com os princípios do Direito Agrário e do Estatuto da Terra.

Ante ao exposto, indaga-se: qual a contribuição do contrato de integração para o desenvolvimento rural na sua relação com os princípios do direito agrário e do Estatuto da Terra? Para que se responda o objetivo geral, o objetivo específico será: estudar a função social da terra na perspectiva constitucional; compreender quais os princípios de direito agrário na perspectiva função social da terra e do Estatuto da Terra; analisar a lei 13.288/16 sob a ótica do conceito pós-moderno de contrato; e relacionar o contrato de integração com o desenvolvimento rural socialmente justo e ambientalmente equilibrado. Para que responda essas perguntas o trabalho será feito através de uma revisão bibliográfica, e análise das legislações referentes ao tema.

2 DESENVOLVIMENTO RURAL NO PAÍS

Desenvolvimento rural é uma categoria de análise paradigmática, sua definição, percepções e práticas são resultado do tempo e espaço que uma sociedade se encontra. De acordo com Sergio Schneider o Desenvolvimento Rural contemporâneo abarca 3 fatores essenciais para sua composição. O primeiro é a discussão em torno da importância da agricultura familiar como potencial de modelo social, econômico e produtivo para a sociedade familiar. O segundo fator é a crescente intervenção do Estado no ambiente rural, seja através das políticas para a agricultura familiar, segurança alimentar ou reforma agrária, e o terceiro fator é a combinação do entendimento das elites agrárias sobre a necessidade de políticas sociais de caráter compensatório e o esclarecimento das diferenças entre a agricultura familiar e a patronal-empresarial (SCHNEIDER, 2010).

Para que possamos atingir resultados satisfatórios nessa pesquisa é importante que façamos uma retomada histórica das políticas de desenvolvimento agrário brasileiro para que se entenda como se construiu o Direito Agrário brasileiro pós-moderno e assim compreender a natureza do contrato de integração vertical. As políticas públicas de desenvolvimento agrário contemporâneas surgem com a Revolução Verde¹ nos anos 60. Seguindo o espírito da época, o governo federal optou pelo incentivo do uso de novas tecnologias para o aumento da produção, partindo do pressuposto equivocado que o desenvolvimento social da população dos campos aconteceria de forma natural com o aumento da renda familiar devido ao aumento na produtividade. Assim surge um dos fatores para a concentração de terras e por consequência os conflitos agrários que se perpetuam até os dias de hoje.

A política agrária adotada no contexto da Revolução Verde, somada ao cenário econômico internacional pós-guerra, fracassou no quesito desenvolvimento rural, ampliando a desigualdade e estagnando o desenvolvimento social da população que vivia da agricultura. A partir dos anos 80 as políticas neoliberais guiam o governo para que se mantenha o debate sobre desenvolvimento rural estagnado. Só recentemente, nos anos 90, que o tema “desenvolvimento agrário” voltou ao debate de forma multifacetada. Segundo Junior e Balsadi (2015, p. 521), o desenvolvimento rural passou a encarar “novos” fatores, como: a realidade social das famílias e grupos residentes, a participação

¹ Conjunto de iniciativas tecnológicas que transformou as práticas agrícolas e aumentou drasticamente a produção de alimentos no mundo.

sociopolítica dos atores sociais, sua organização social, identidade territorial, e questões ambientais, como a preservação dos recursos naturais. A sociedade organizada se uniu através de ONGs, cooperativas, associações, entre outras e fizeram com o que o governo acordasse e olhasse para o Brasil rural, mas um olhar que buscasse reparar as mazelas no campo decorrentes de políticas anteriores.

O que ocorreu no último período citado no parágrafo anterior até os dias de hoje foi um redirecionamento de olhar para as políticas agrárias e seu alinhamento com o “novo” conceito de desenvolvimento agrário. A agricultura familiar² passou a ser entendida como modelo econômico, social e produtivo a ser seguido. A partir dos anos 90, começo dos anos 2000 nota-se uma atuação mais técnica do Estado, nesse período foram criadas instituições ligadas a sociedade civil para atendimento da demanda dos pequenos produtores e da agricultura familiar, e também instituição de defesa dos interesses do agronegócio, criou-se uma gama de leis, e programas para a promoção do desenvolvimento como: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO); Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PSAN) dentre outros.

A sustentabilidade ambiental também se aglutina no novo conceito de desenvolvimento rural, após a conferência da ONU para o Meio Ambiente em 1992, passa a integrar o significado de desenvolvimento rural. Logo, o desenvolvimento rural passa a seguir a cartilha do desenvolvimento sustentável, nas palavras de Renato Linhares de Assis, “o desenvolvimento sustentável tem como eixo central a melhoria da qualidade de vida humana dentro dos limites da capacidade de suporte dos ecossistemas e, na sua consecução, as pessoas, ao mesmo tempo que são beneficiários, são instrumentos do processo, sendo seu envolvimento fundamental para o alcance do sucesso desejado” (ASSIS, 2006 p. 81). Surgem então requisitos como proteção e conservação ambiental para se obter crédito do governo, dentre outros incentivos.

Ante ao exposto, falar de desenvolvimento rural pós-moderno significa um rol de políticas públicas que busquem um crescimento econômico sustentável, que gere riqueza sem que se agrida o meio ambiente e que essa riqueza seja revertida em renda para não

²Agricultura familiar é o cultivo por pequenos proprietários rurais, tendo como mão de obra o núcleo familiar. Segundo art. 3º da lei 11.326/06: agricultor familiar é aquele que pratica atividade rural em área não superior do que 4 módulos fiscais, utilize mão de obra predominantemente familiar e tenha um percentual mínimo da sua renda originada de seu estabelecimento.

só o agronegócio, como também as famílias que da terra não só tiram seu sustento, mas seu estilo de vida.

2.1 A FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Discorrer sobre função social, significa relativizar o interesse individual absoluto sobre uma coisa, em detrimento do bem-estar coletivo. Logo, a função social da propriedade positiva seu direito supra individual, em detrimento do impacto coletivo que a propriedade possui. A Constituição Federal em seu art. 5º, inciso XXIII positivou a função social da propriedade, retirando o status de mero instituto de direito privado para sua constitucionalização. O art. 186 da Carta Magna atribuiu status constitucional ao art. 2º do Estatuto da Terra (lei nº 4.504/64) ao transcrever o artigo em essência que estabelece os requisitos para o uso da terra de acordo com sua função social (BRASIL, 1988).

Segundo Colucci, “a função social da terra deve ser entendida como algo que transcende as próprias limitações que ela impõe ao direito de propriedade. O proprietário possui de fato o direito real sobre a terra, mas disto resultam obrigações, já que a possui em nome e benefício da comunidade” (Viviane Colucci, 2011, p. 6). Nessa esteira de raciocínio, a propriedade rural é de importância vital para o desenvolvimento socioeconômico do país, haja visto o percentual do PIB correspondente ao agronegócio bem como a segurança alimentar interna garantida pelos pequenos produtores.

A função social da terra é princípio do Direito Agrário (MARQUES, 2015, p 18), definida pela Constituição como sendo: o cumprimento do aproveitamento racional e adequado da terra; a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; observância das disposições que regulam as relações de trabalho; e a exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (art. 186, BRASIL, 1988).

Os dispositivos do art. 186 são a constitucionalização do art. 2º, parágrafo 1º do Estatuto da Terra. A materialidade da função social da propriedade é requisito *sine qua non* para o exercício sustentável da propriedade, sendo assim, o uso indiscriminado da terra que não exerça a função social da terra está sujeito a sanção. Segundo Optiz “quando a ação do homem é egoísta, impedindo-os de satisfazerem as necessidades humanas dentro da sociedade, a propriedade da terra deixa de ser amparada por não realizar a justiça social” (OPTIZ, 2016, p. 81).

Tem-se um ponto de tensão social quando a lógica clássica de liberdade absoluta para uso e gozo da propriedade se choca com a função social da propriedade, segundo

Marés (2003, p 81), o desenvolvimento capitalista transformou a terra em propriedade privada, e a terra transformada em propriedade privada promoveu o desenvolvimento capitalista. Nessa mutação a terra foi transformada em mercadoria, ignorando sua importância social e meio de desenvolvimento coletivo. Segundo Araújo, “o primeiro a questionar a propriedade como direito absoluto foi o filósofo francês Leon Duguit com a teoria da funcionalização da propriedade. Segundo o qual a propriedade não deveria ser um direito, mas uma função” (ARAÚJO, 2000, p 159). Logo, instrumento para utilização do bem em função da coletividade. Posteriormente a Igreja católica através da encíclica *Rerum Novarum* defendeu que a terra deveria servir a uma utilidade comum da coletividade. A primeira constituição a tratar do tema, a Constituição Mexicana, foi a primeira a instituir o bem-estar da sociedade em prol da propriedade. E no Brasil a primeira positivação da função social ocorre com a Constituição Cidadã de 1988.

No caminho para a materialização da função social da terra, pode se dizer que o maior desafio é a própria constituição. Em seu art. 185, inciso II, é previsto a não desapropriação de imóveis produtivos, ou seja, a proteção do trabalhador, dos recursos naturais e uso racional da terra não sai do papel, uma vez que a penalização do proprietário só se constitui diante da constatação de improdutividade (BRASIL, 1988). Marés alerta para o fato da existência dessas contradições ser proposital, inseridas no texto constitucional pelos ruralistas com o inegável objetivo de tornar ineficaz qualquer outro dispositivo que pretendesse ou possibilitasse modificar a estrutura da propriedade, posse e uso da terra (MARÉS, 2003 p. 118).

Logo, a funcionalização da terra é de suma importância para a agenda de desenvolvimento rural contemporânea percorrida no capítulo anterior. Sem os mecanismos sancionadores do Estado que garanta a função da terra, tem-se comprometido toda uma política estatal de desenvolvimento agrário.

2.2 PRINCÍPIOS E FONTES DO DIREITO AGRÁRIO

Os princípios do Direito Agrário são diversos, Segundo Marques os mais salientes são: o monopólio da União para legislar sobre o tema (art. 22, § 1º, CF); o condicionamento da propriedade à função social; o Direito Agrário deverá atender tanto política de reforma agrária, como de desenvolvimento rural; as normas jurídicas deverão dar preferência ao interesse público sobre o privado; proteção da propriedade familiar, à pequena e média

propriedade; conservação e preservação dos recursos naturais e proteção do meio ambiente; proteção do trabalhador rural (MARQUES, 2015).

O rol de princípios do Direito Agrário garante uma forte intervenção pública para a promoção da justiça social e função social da terra, de tal modo que o Governo através das políticas, públicas faz inúmeras intervenções na ordem econômica. Logo, a importância dos interesses coletivos em detrimento do individual evidencia sua natureza pública.

Com relação as fontes formais do Direito Agrário a fonte primordial é a Constituição Federal, no seu art. 22, inc. I reserva competência exclusiva da união legislar sobre matéria de Direito Agrário (BRASIL, 1988). O art. 5º, incisos XXII, XXIII e XXIV, trata da propriedade, função social e desapropriação. Demais artigos tratam da CF dispõem sobre o imposto territorial rural regras de política agrária, e fundiária. No âmbito infraconstitucional o Estatuto da Terra (Lei 4.504/64) é o principal diploma legal, dispõe sobre os contratos agrários, reforma agrária, ITR, Seguro agrícola e etc.

3 CONTRATOS AGRÁRIOS

Os contratos agrários são de suma importância econômica e social, uma vez que regem diretamente a produção de alimentos e matéria-prima, são institutos do direito Agrário que guiam, à luz da constituição, e princípios próprios, a atividade agrária. É por meio dos contratos agrários que o não possuidor da terra inicia sua atividade produtiva, e que o proprietário da terra, mas sem condições de produzir cede o uso da mesma a outro produtor. O marco teórico do Direito Agrário Brasileiro é Estatuto de Terras (lei nº 4.504/64), os contratos agrários tradicionais de parceria e arrendamento consequentemente no Estatuto da Terra. Em 1966 entrou em vigor a Lei 4.947 que fixou normas e princípios para os contratos agrários, definindo nos arts. 13,14, e 15 que todos os contratos que dispuserem sobre o uso e aposse temporária da terra deverão ser disciplinados no Estatuto da Terra. Em 2007 pela lei 11.443/07, a alteração acrescentou o § 5º no art. 96, definindo que não seria aplicado o contrato de parceria para com a atividade agroindustrial. Somente em 2016 foi criado um novo contrato típico agrário, chamado de contrato de integração, através da lei 13.288/16.

Os contratos agrários típicos vigentes no Brasil são 3, arrendamento, parceria e integração vertical. Os dois primeiros estão codificados na lei 4.504/64 (arts. 92 a 96), conhecido como Estatuto da Terra na lei nº 4.947/66 (arts. 13 a 15) e no decreto nº 59566/66. O terceiro, objeto do nosso artigo, era contrato atípico até 2016, quando foi introduzido no ordenamento através da lei 13.288/16. Ainda existem os contratos agrários atípicos, (roçado, pastoreio, cambão e o de fica por exemplo).

Segundo Prof. Octávio Mello Alvarenga, “por contrato agrário devem ser entendidas todas as formas de acordo de vontade que se celebrem, segundo a lei, para o fim de adquirir, resguardar e modificar ou extinguir direitos vinculados à produtividade da terra” (ALVARENGA, 1982, p. 9). Logo, tanto os típicos, contidos nos arts. 3º e 4º do decreto nº 59.566/66 quanto os atípicos. Nota-se que o uso da terra é fator condicionante para a definição de contrato agrário, o que implica na vinculação direta com a função social da propriedade rural. Logo, a vinculação dos contratos com a função da social da terra é o que o torna distante da definição clássica dos contratos. Na contramão do art. 1º do ET que o define como lei regulamentadora para a execução da Reforma Agrária e promoção da Política, para o Prof. Octávio Mello Alvarenga, “o Estatuto da Terra tinha um objetivo duplo: otimizar a produção agropecuária da nação, ao mesmo tempo que instituía um regime socialmente equânime no universo dos negócios agrários”, (ALVARENGA, 1982, p.14). É

compreensível esse entendimento uma vez que o Agrarista estudou o ET nos anos 80. A Constituição Federal dá um sentido diferente ao Estatuto, o desenvolvimento rural passa a ser o objetivo nuclear, logicamente atingindo os contratos agrários.

Os contratos agrários codificados no Estatuto da Terra ainda que sejam de natureza predominantemente pública, possuem características próprias. Por fazerem parte do Direito Agrário, estão submetidos aos princípios agraristas.

3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS CONTRATOS AGRÁRIOS

Os contratos agrários possuem 3 princípios: Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o individual; Princípio da Proteção ao Hipossuficiente (art. 13 do Decreto 59.566/66); Princípio da Liberdade de Forma; Princípio da Proteção aos Recursos Naturais (art. 13 do Decreto 59.566/66) O Primeiro princípio exemplifica e reforça a natureza pública do Direito agrário uma vez que se verifica uma forte intervenção pública nos contratos agrários. O segundo princípio é decorrente do contexto histórico de uma época onde o proprietário rural sempre estabelecia uma relação vertical com o arrendatário ou parciário. A liberdade de forma também era meio de possibilitar que o trabalhador que não possuísse educação formal estivesse amparado pelo guarda-chuva legal durante a celebração de um contrato verbal. E por último, mas não menos importante, o princípio da proteção aos recursos naturais se encontra em consonância com o direito fundamental de proteção ao meio ambiente.

Os contratos agrários são bilaterais, estabelecendo obrigações para ambas as partes em comum acordo. Consensuais, não se exige forma especial para sua celebração, apenas o acordo de vontades. Onerosos ou comutativos, ambas as partes suportam ônus e o bônus. Aleatórios, por não possuírem estimativa precisa de lucro e ônus. Não solenes (com exceção do contrato de integração vertical, sendo vedado sua celebração oral pelo art. 4º da lei 13.288/16) por permitirem sua oralidade. E *intuito personae* pois por não permitirem a transmissão da obrigação.

Como dito anteriormente, ainda que o Direito Agrário seja de natureza predominantemente pública, a sua dualidade se prova em seus contratos. O art. 13 da lei Nº 4.947/66 garante a autonomia dos contratos agrários, que tange o acordo de vontade e

o objeto³. O art. 96, inciso VII do Estatuto também prevê a subsidiariedade dos contratos de parceria ao contrato de sociedade em casos de omissão da lei. Esse ponto é bastante controvertido entre a doutrina.

Arrendamento é contrato agrário em que uma pessoa se obriga a ceder a outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo do imóvel rural, parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, outros bens, benfeitorias e ou facilidades, como o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa ou mista, mediante certa retribuição ou aluguel, observados os limites percentuais da lei (art. 3º do dec. 59.566/66). Cabe acrescentar que a retribuição pode ser feita em frutos, e sempre é ajustado em quantia fixa de dinheiro.

Enquanto o contrato de parceria é definido pelo art. 4º da mesma lei que foi inserido no art. 96 do Estatuto da Terra, como sendo: o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso específico de imóvel rural, de parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, benfeitorias, outros bens e ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa vegetal ou mista; e ou lhe entrega animais para cria, recria, invernagem, engorda ou extração de matérias primas de origem animal, mediante partilha de riscos do caso fortuito e da força maior do empreendimento rural, e dos frutos, produtos ou lucros havidos nas proporções que estipularem, observados os limites percentuais da lei. O contrato de parceria se divide em contratos de parceria pecuária, agrícola, agroindustrial, extrativa e mista.

A característica principal que os distingue é a partilha dos lucros e dos prejuízos de modo proporcional ao fixado em lei na Parceria. Enquanto o arrendamento rural prevê o pagamento de uma quantia fixa do arrendatário para o proprietário pelo uso de bem imóvel. Os parceiros rurais dividem os lucros e os prejuízos, existindo uma comunhão de riscos, levando em conta o percentual das partes estipulada por contrato. Todo contrato está sujeito à fatos futuros que prejudicam ou até mesmo impedem o adimplemento da obrigação, nesses casos o § 1º do art. 96 especifica que há partilha, isolada ou cumulativa dos riscos: a) de caso fortuito e de força maior do empreendimento rural; b) dos frutos, produtos ou lucros havidos nas proporções que estipuladas; c) de variações de preço dos frutos obtidos na exploração do empreendimento rural.

³ Art. 13 - Os contratos agrários regulam-se pelos princípios gerais que regem os contratos de Direito comum, no que concerne ao acordo de vontade e ao objeto

O art. 13 da lei nº 4.947/66 definiu cláusulas obrigatórias que deverão integrar o contrato. Deverão constar cláusulas que assegurem a conservação dos recursos naturais, e que garanta a proteção econômica dos arrendatários e dos parceiros outorgados, e no inc. I do mesmo art. é proibido abrir mão de direitos mediante contrato. O fato do contrato ter não só a função de criar obrigações entre as partes, mas também garantir conservação do Meio Ambiente, e a defesa da igualdade material, significa dizer que os contratos agrários estão em plena consonância com o conceito contemporâneo de desenvolvimento rural, função social da terra e função social do contrato.

O contrato de integração vertical será abordado mais adiante com a devida profundidade, porém, é conveniente defini-lo brevemente. O contrato de integração é instituto agrário recente sendo positivado somente em 2016 pela lei 13.288. Pelo art. 2º inc. 1º, contrato de integração é relação contratual entre produtores integrados e integradores que visa a planejar e a realizar a produção e a industrialização ou comercialização de matéria-prima, bens intermediários ou bens de consumo final, com responsabilidades e obrigações recíprocas estabelecidas em contratos de integração. A grosso modo pode ser definido como instrumento agrário que legisla a relação entre uma empresa de industrialização e comércio de alimentos com o produtor rural. Podemos citar como exemplo a avicultura paranaense, a empresa entrega ao produtor animais em tenra idade e o agricultor é responsável pelo cuidado dos mesmos até o ponto ideal de abate. A empresa se compromete em entregar os animais, prestar toda assistência necessária para o desenvolvimento dos animais, e só então busca-lo na idade de abate.

3.2 A APLICAÇÃO DO CONCEITO PÓS-MODERNO DE CONTRATO NOS CONTRATOS AGRÁRIOS

Os conceitos clássicos contrato civil são insuficientes para análise, estudo e interpretação das novas relações privadas que foram surgindo ao longo das décadas, assim sendo a interpretação dos contratos vem passando por um período de ressignificação. A funcionalização social do contrato ganhou status de standard para sua interpretação, logo, na lição de Miguel Reale, “o princípio da função social do contrato é mero corolário dos imperativos constitucionais relativos à função social da propriedade e à justiça que deve presidir à ordem econômica” (REALE 1986). O que nos impõe investigar como a aplicação do conceito pós-moderno reflete nos contratos agrários.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, seus princípios foram irradiados para todo o ordenamento, surgindo a constitucionalização do Direito⁴, a entrada em vigor de um novo Código Civil em 2002 alinhou o Direito Civil com a Constituição e absorveu seus princípios (BRASIL, 1988). No que tange os contratos, a função social do contrato foi integralizada aos princípios clássicos, segundo Prof. Paulo Nalin “os princípios constitucionais modificaram a moldura jurídica do contrato, incluindo, neste plano, o status jurídico dos contratantes – a relativização das obrigações, a despatrimonialização e a função social do contrato” (NALIN, 2008, p. 33). Logo, a constitucionalização dos contratos mantém suas conquistas liberais clássicas, e as funcionaliza, se preocupando com os sujeitos da relação obrigacional e não mais com o objeto do negócio.

Sob a corrente filosófica do voluntarismo e do individualismo, a teoria clássica dos contratos, consolidada no código napoleônico em um contexto de transição entre absolutismo e liberalismo, previa a igualdade formal entre as partes e a liberdade irrestrita para contratar. O contrato, segundo Paulo Nalin “era tido como instrumento de circulação de riqueza e mecanismo para a burguesia obter da aristocracia a tradição do bem jurídico mais importante para aquele sistema jurídico que era o real imobiliário” (NALIN, 2008, p. 111). Com o advento da Revolução Industrial surge a figura do contrato de massa⁵, que despersonaliza os contratos, e anulam o princípio da liberdade individual, colocando as partes em uma relação vertical de mera adesão.

As transformações econômicas pós revolução industrial, combinadas com o abandono do *Laissez-faire* e surgimento dos estados de bem-estar social criam novas espécies de contratos⁶ que impossibilitam a filosofia voluntarista clássica dos contratos se efetivar. Assim sendo, surge uma nova ordem contratual que entende o efeito irradiador dos contratos e diante disso a necessidade de se teorizar a sua função social.

Nesse sentido o princípio infraconstitucional da boa-fé objetiva, e a solidariedade, passam a ser o Norte da equidade e justiça social do contrato, uma vez que ela reduz os danos decorrentes de forças desiguais de poder que celebram um contrato, nesse sentido Nalin discorre que “quanto maior for a equivalência de forças na relação, maior será a autonomia para contratar. Por outro lado, quanto maior o distanciamento socioeconômico entre as partes, mais arraigado será o preenchimento da boa-fé [...]” (NALIN, 2008, p. 139). Isso significa dizer que a livre vontade deixa de ser o eixo investigativo da justiça contratual

⁴ Podemos citar como exemplo a convenção coletiva do trabalho, e convenção coletiva de consumo.

⁵ É modelo de contrato com cláusulas pré-estabelecidas por uma das partes sem possibilidade de serem discutidas

⁶ Contrato coativo, contrato necessário, e contrato tipo, por exemplo.

sendo relativizada em detrimento da boa-fé. A igualdade formal deixa o centro da hermenêutica contratual e cede espaço para a igualdade material.

Assim sendo, a constituição de 88 funcionaliza os contratos (art. 170 por exemplo, ao limitar a livre-iniciativa em prol da justiça social), agregando ao prisma da sua função elementos como a economia, direitos humanos, sociologia por exemplo, reconhecendo sua função social. Nesse sentido, cabe ressaltar que o Estado pós-moderno não elimina as conquistas do Estado Liberal, sendo bifronte, segundo Nalin, portanto, sempre em vista de seu cunho solidarístico, dos sujeitos interessados nos efeitos produzidos (NALIN, 2008, p. 139). No âmbito infraconstitucional o art. 421 do CC submete a liberdade contratual a limitação em razão da função social do contrato, competindo ao interprete sua relativização (BRASIL, 1988).

Ante ao exposto, o conceito pós-moderno de contrato é definido por Paulo Nalin como sendo o “contrato interpretado a relação jurídica subjetiva, nucleada na solidariedade constitucional, destinada à produção de efeitos jurídicos existenciais e patrimoniais, não só entre os titulares subjetivos da relação como também perante terceiros” (NALIN, 2008, p. 253). Logo, dissertar sobre contratos agrários na contemporaneidade requer um olhar atento aos impactos sociais que ele causa, compreender que o instituto agrário em questão deve ser interpretado sob a perspectiva da constituição cidadã e estudado sob a ótica da solidariedade e da boa-fé, objetivando a igualdade material das partes que contratam, sem que se deixe a vontade dos contratantes em segundo plano. O contrato agrário, por nascer na pós-modernidade já reserva linhas que reforçam a sua funcionalização, o que se exige do intérprete é uma atualização de concepção paradigmática dos contratos, uma vez as raízes da função social do contrato agrário é a função social da terra.

4 CONTRATO DE INTEGRAÇÃO CONFORME A LEI 13.288/2016

O contrato de integração⁷ é fruto de seu tempo, a modernização da agricultura retira sua função exclusivamente primária de comercialização do excedente e a coloca no eixo da industrialização. Essa mudança de escala produtiva das últimas décadas alteram as relações entre o agricultor e a indústria surgindo assim o agronegócio⁸ e novos modelos de contrato para que se balize as novas relações, nesse contexto surge o contrato de integração. Como dito anteriormente, a lei 13.288/16 tipificou esses contratos e definiu os conceitos relacionados a integração, o Art. 2º da lei 13.288/16 define o conceito de integração e de forma clara delimita que as obrigações devem ser recíprocas, estabelecendo equidade legal para as partes. Segundo Gustavo Diniz e Gabriel Khayat (2019, p. 63) “a integração combina processos produtivos de uma mesma empresa em diferentes unidades organizacionais, sob coordenação econômica da indústria, mas com autonomia e sem *causa societas* de estruturas hierárquicas convencionais”.

A integração é vertical do ponto de vista da agroindústria, por que o integrador⁹ terceiriza uma fase da sua produção industrial para o integrado¹⁰, uma vez que esse consegue realizar as etapas agrossilvispastoris¹¹ de forma mais barata e eficiente do que se fosse realizado pela integradora. No que diz respeito ao integrado, esse tem a garantia que seu produto será vendido, conta com assistência técnica, e necessita de menor capital para produção uma vez que a integradora fornece os insumos necessários, além da compra garantida dos frutos de seu trabalho.

O contrato de integração também apresenta pontos negativos passíveis de crítica. O integrado não possui liberdade sobre os padrões de qualidade do objeto do contrato, o

⁷ Segundo art. 2º inc. IV - Contrato de integração vertical ou contrato de integração é contrato firmado entre o produtor integrado e o integrador, que estabelece a sua finalidade, as respectivas atribuições no processo produtivo, os compromissos financeiros, os deveres sociais, os requisitos sanitários, as responsabilidades ambientais, entre outros que regulem o relacionamento entre os sujeitos do contrato.

⁸ Para Davis e Goldberg (1957), o agronegócio é a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles.

⁹ Art. 2º inc. III - integrador: pessoa física ou jurídica que se vincula ao produtor integrado por meio de contrato de integração vertical, fornecendo bens, insumos e serviços e recebendo matéria-prima, bens intermediários ou bens de consumo final utilizados no processo industrial ou comercial;

¹⁰ Art. 2º inc. II - Produtor integrado ou integrado: produtor agrossilvipastoril, pessoa física ou jurídica, que, individualmente ou de forma associativa, com ou sem a cooperação laboral de empregados, se vincula ao integrador por meio de contrato de integração vertical, recebendo bens ou serviços para a produção e para o fornecimento de matéria-prima, bens intermediários ou bens de consumo final;

¹¹ Art. 2º inc. V - Atividades agrossilvipastoris: atividades de agricultura, pecuária, silvicultura, aquicultura, pesca ou extrativismo vegetal

percentual a receber da integradora está sujeito as variações de mercado da agroindústria, além do dever de incorporar constantemente novas tecnologias para atender a demanda da agroindústria, e as limitações de outras atividades agrícolas prejudiciais ao desenvolvimento da atividade contratual. Para a integradora existe o risco de ficar sem matéria prima por falha do integrado e comprometer todo o ciclo produtivo da empresa. Além do que a qualidade do produto comercializado está diretamente ligada com os cuidados do agricultor.

O art. 3º define os princípios da relação de integração, deve ser característica intrínseca da relação de integração a conjugação dos recursos, e divisão justa dos resultados, por conjugação dos recursos se entende que ambas as partes deverão usar dos instrumentos cabíveis tal qual a responsabilidade de cada um lhe cabe afim de obter êxito no desenvolvimento da atividade. Cumprindo cada parte do contrato sua obrigação, o lucro será dividido de forma justa, assim sendo, o texto legal não impõe um percentual fixo como se vê nos contratos de parceria, mas uma divisão abstrata que garanta a igualdade material, receberão as partes o valor proporcional aos recursos investidos.

A lei 13.288/16 não possui normas imperativas, somente cláusulas gerais como regras de conduta, estabelecendo obrigações e responsabilidades para as partes que deverão ser analisadas perante o caso concreto. As cláusulas obrigatórias estão previstas no art. 4º, são elencados todos os assuntos que deverão conter no instrumento de contrato, ainda que sejam elencados de forma geral, sem a imperatividade que se vê nos demais contratos agrários, a não disposição de qualquer dos incisos do art. 4º implica na nulidade no contrato, devendo o contrato ser redigido com clareza, precisão e ordem lógica. Nota-se aqui a primeira particularidade em relação as características gerais dos demais contratos agrários, que são permitidos via oralidade. Cria-se mecanismos para o equilíbrio de forças como os Fóruns Nacionais de Integração (FONIAGRO) e Comissões para o Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (CADEC) que serão estudados mais à frente.

O § 3º do art. 2º deixa claro que o contrato de integração não constitui relação de emprego, inexistindo vínculo empregatício. No Contrato de Integração ambas as partes assumem os riscos da produção, cada qual com seu grau de responsabilidade não sendo constatado a alteridade. São inexistentes o assalariamento e a onerosidade do integrado uma vez que o mesmo recebe o percentual equivalente ao cálculo do possível lucro que a integradora irá obter após o processamento da matéria prima, já descontado os custos de produção e insumos fornecidos. Com relação ao poder de comando do empregador,

também não se verifica no contrato de integração, haja visto que o integrador não tem o poder de impor qualquer sanção ao integrado. A atividade de desenvolvimento da matéria prima ocorre na propriedade do integrado o que lhe garante direitos atinentes a propriedade. A pessoalidade é outro elemento que não se verifica no Contrato de Integração, o inc. II do art., 2º possibilita a pessoa jurídica atuar como integrado na relação contratual. É permitido que o integrado empregue mão de obra para o desempenho das funções que lhe compete, excluindo assim a integradora do vínculo empregatício em questão.

4.1 OBJETO, PARTES ELEMENTOS, E REQUISITOS

O contrato de integração não tem por objeto a cessão de uso do imóvel rural como se vê nos contratos de parceria e arrendamento. Ainda que se use a terra como meio para a atividade agrária, o objeto do contrato é a matéria-prima da atividade agroindustrial. Por matéria prima se entenda aquela fornecida pela integradora para o integrado que através da atividade agrossilvipastoril realizará o desenvolvimento ciclo biológico até o ponto considerado ideal pela integradora. Com relação as partes o integrador é aquele que fornecerá a matéria prima, bem como insumos e o necessário para o desenvolvimento da matéria prima até o ponto final, podendo ser inclusive comerciantes ou exportadores como prevê o art. 2º parag. 1º, nota-se que embora o texto legal permita que a pessoa física ocupe a posição de integrador, na prática é incomum que a mesma possua os instrumentos necessários para a industrialização do objeto de contrato e sua comercialização. Com relação ao outro polo do contrato, integrado é aquele que se vincula ao integrador para a produção e fornecimento da matéria-prima objeto do contrato. É importante ressaltar que o contrato de integração entre cooperativa e cooperados não será regido pela lei 13.288/17, mas sim pela lei aplicável às sociedades cooperativas (lei nº 5.764/71) como estabelece o parágrafo único do art. 1º.

O contrato de integração possui elementos parecidos com os contratos de parceria e sociedade. Se percebe a derivação do contrato de parceria quando a integradora cede a matéria prima em fase inicial e passado o ciclo de criação, o integrado recebe o pagamento com base na qualidade do objeto entregue, como se houvesse uma divisão paritária nos lucros e prejuízos auferidos pela integradora, o que não ocorre. O caráter societário se verifica quando se nota o esforço de ambas as partes para se obter lucro, porém a integração se afasta do mesmo quando se percebe que a mesma consiste na realização

de somente uma etapa da produção, assim sendo, as partes mantêm sua autonomia jurídica.

Os principais elementos do contrato de integração, que dão sua forma são: o fornecimento pela integradora da matéria prima ainda imatura para o produtor; a fixação do pagamento para o integrado baseado na qualidade entregue do produto final; o fornecimento de insumos e assistência técnica por parte da integradora para com o integrado; Comissões para o Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração; e o Fórum Nacional de Integração.

Os requisitos específicos para a validade do contrato de integração estão em sua maioria presentes no art. 4º da lei de integração e seus 16 incisos. Primeiramente, além da qualificação das partes, é fundamental que o contrato especifique qual será a matéria prima objeto do contrato, os requisitos materiais para o desenvolvimento da matéria prima (tanto os fornecidos pela integradora quanto integrado), bem como todos os dados cadastrais das partes nos órgãos de fiscalização rurais afim de comprovar a adequação do integrado com as normas ambientais e sanitárias. O contrato deve estabelecer as obrigações e responsabilidades de ambas as partes, cabendo a cada parte arcar com os seus custos de produção. A integradora é obrigada a constar no contrato o estudo do projeto de produção, com os custos do integrado e a estimativa de venda do produto já beneficiado. Com relação à qualidade do tratamento da matéria prima, o contrato deve constar o padrão de qualidade que o integrado deverá entregar a coisa, bem como a qualidade dos insumos (marca, tipo, componentes químicos) fornecidos pela integradora. Deve se observar que as cláusulas deverão estar em conformidade com o art. 186 da CF.

Com relação aos aspectos econômicos, o art. 4º obriga as partes a constarem no contrato qual será a fórmula empregada para o cálculo da eficiência da produção que será utilizado para o pagamento do integrado, porém a base de cálculo será feita em conjunto com as CADECs. Esse cálculo geralmente engloba inúmeros fatores, no caso de aves de corte por exemplo, pode ser o ganho de peso, e a conversão de ração em proteína animal. Estipulado a base de cálculo para que se afira o pagamento do integrado, deverá estar discriminado no contrato os prazos para o conhecimento do resultado. Afim de proteger o integrado, o custo com insumos que vier a ser descontado do integrado não poderá ser superior às das taxas de juros usuais. Na questão tributária, o contrato deverá ser claro com relação a quem compete o recolhimento de cada tributo incidente na relação de integração.

Deverá constar no instrumento de contrato as condições que a integradora ou seu preposto poderão adentrar na área de produção. As obrigações de ambas as partes com relação ao cumprimento das leis de defesa agropecuária e sanitária, e as obrigações no cumprimento da legislação ambiental também são itens obrigatórios, como o licenciamento ambiental previsto na lei nº 6938/81. É obrigatório que conste os custos e a cobertura do seguro, caso contratado. O prazo prévio para rescisão do contrato, que esteja de acordo com o ciclo produtivo. Deverá constar também a Comissão de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação (órgão criado para promover o debate e o desenvolvimento da relação entre integrado e integrador) eleita pelas partes para recorrerem em caso de necessidade de interpretação do contrato, e por último, cláusulas penais no caso de descumprimento das obrigações.

4.2 FÓRUM NACIONAL DE INTEGRAÇÃO

A lei 13288/16 torna obrigatório a criação do Fórum Nacional de Integração (FONIAGRO), cada setor da agroindústria terá o seu, o órgão será composto por representantes de integrados e integradores. Pode-se dizer que os resultados do debate entre os membros do Fórum implicam na fase pré-contratual, a função do FONIAGRO se divide em duas segundo o texto legal. A primeira é mais geral, consiste em aprimorar o desenvolvimento da cadeia produtiva, e o aprimoramento dos contratos de integração através do diálogo entre as partes. A segunda função específica estabelece que compete ao FONIAGRO a criação da metodologia de cálculo para o pagamento do integrado, que leve em conta todas as variáveis possíveis na composição do cálculo, a metodologia será revista periodicamente. Criada a base de cálculo a mesma deverá ser enviada para as Comissões de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação.

Ante ao exposto, é possível compreender que a criação deste Fórum foi uma opção do legislador em promover o diálogo entre as partes com o intuito de equilibrar a diferença de poder econômico entre as partes na hora de celebrar os contratos, Segundo Gustavo Diniz e Gabriel Khayat (2019, p.68) o FONIAGRO idealmente combateria a dependência econômica em cada cadeia produtiva por meio da definição de “diretrizes” para o acompanhamento e desenvolvimento do sistema de integração e promoção do “fortalecimento das relações entre produtor integrado e integrador” (art. 5º da lei de integração).

Dado a tenra idade da lei de integração bem como seus mecanismos, ainda não se pode discorrer sobre os resultados práticos na democratização na negociação pré-contratual entre as partes. Porém a falta de uma maior sistematização do FONIAGRO é um tanto problemática, a lei não estabelece o número de integrantes do Fórum, nem como serão eleitos. Tramita na Câmara dos Deputados o projeto de Lei 8.311/17 de relatoria dos deputados Bohn Gass e Zeca do PT, que busca incluir 2 novos parágrafos no art. 6º da Lei de integração para que os integrados membros do FONIAGRO e das CADECs não possam ter seus contratos alterados unilateralmente pela integradora após um ano do fim do exercício do seu cargo, afim de evitar que sofram represálias pela integradora.

4.3 COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO, DESENVOLVIMENTO E CONCILIAÇÃO DA INTEGRAÇÃO (CADECS)

As CADECs atuam em microrregiões de atuação da integradora, deverão ser obrigatoriamente constituídas pelas unidades integradoras e seus produtores integrados, também são formadas por membros indicados pelas entidades representativas de ambos de forma paritária, sua atuação ocorre durante a vigência do contrato. O art. 6º, § 4º delimita suas funções de forma exemplificativa, dentre elas compete à comissão, por exemplo, acompanhar o cumprimento dos contratos, se os padrões de qualidade estão sendo cumpridos por ambas as partes, fiscalizar se os contratos estão sendo cumpridos, elaborar estudos sobre a cadeia produtiva e os contratos de integração, e em caso de controvérsias entre integrado e integradora atuar como fórum conciliador. Caso já exista órgão similar a estrutura será mantida.

Ao atribuir às CADECs a função de dirimir conflitos relacionados ao contrato, a comissão ganha uma função análoga aos *Disputes Boards*, que segundo Arnold Ward (2000, p.18), são os painéis, comitês, ou conselhos para a solução de litígios cujos membros são nomeados por ocasião da celebração do contrato que acompanham a sua execução até o fim, [...]. Todavia, o legislador não estabelece o processo de escolha dos membros, se serão remunerados, o tempo de mandato, a sede, e a sistematização da resolução dos conflitos, o que pode tornar duvidoso o parecer do conselho perante um caso prático devido à falta de mecanismos claros de garantia de representatividade no conselho.

Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2019), levantados no segundo semestre de 2019 com membros de 40 CADECs em 9 Estados da Federação, 67% dos entrevistados estavam insatisfeitos com a escolha dos membros de

sua CADEC, e 85% estavam insatisfeitos com a periodicidade das reuniões. 81% estavam insatisfeitos com as decisões tomadas pelas CADECs por acreditarem serem impostas pela integradora.

4.4 RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES DE PRODUÇÃO INTEGRADA (RIPI)

Afim de garantir a aplicação do princípio da transparência, o texto legal institui o relatório de informações de produção integrada, ou RIPI. A integradora deverá fornecer ao integrado um relatório no final de cada ciclo de produção contendo os insumos fornecidos, o relatório deverá conter todos os elementos presentes no art. 7º § 1º: informações sobre os insumos fornecidos pelo integrador, os indicadores técnicos da produção integrada, as quantidades produzidas, os índices de produtividade, os preços usados nos cálculos dos resultados financeiros e os valores pagos aos produtores integrados relativos ao contrato de integração. É dever da integradora fornecer o RIPI na data do acerto financeiro, em caso de dúvida o integrador poderá solicitar à CADEC ou à própria empresa mais detalhes que não constam no relatório que deverá ser fornecido no prazo máximo de até 15 dias após a solicitação.

Segundo Bruno Dário (2018, p.110), trata-se de dever de informação, fundamental para a efetivação da transparência na relação contratual. Apesar da ausência de tratamento sobre a qualidade da informação, ela deve ser acessível ao entendimento do produtor integrado. Nesse sentido, o RIPI é instrumento para a redução de assimetrias de informação, todavia nota-se uma crítica ao tom generalista do texto legal, que dá margem ao fornecimento de informações obscuras que dificultam o entendimento do integrado.

5 O CONTRATO DE INTEGRAÇÃO FRENTE AOS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Os desafios do desenvolvimento rural são complexos e de difícil limitação, haja visto o multifacetado prisma que engloba o conceito. Toda via, a lei de integração busca superar alguns desafios. Um dos obstáculos ao desenvolvimento rural é o aumento na renda do pequeno e médio agricultor através de um contrato justo. Todos os mecanismos citados anteriormente visam garantir uma distribuição justa dos lucros de tal modo que o produtor integrado através de seu trabalho tenha uma fonte de renda digna condizente com o valor do seu trabalho. Pode-se dizer que esse é um dos principais motivos para a criação de Fóruns e Comissões, pois o legislador entende que inexistente a paridade de forças na hora de se estabelecer as cláusulas do contrato, o que seria um obstáculo para o pagamento justo.

Promover desenvolvimento socialmente justo é dever dos contratos agrários. A disparidade de forças entre integrado e integradora na hora de impor suas demandas é gigante, ciente disso o legislador criou mecanismos de equilíbrio entre as partes. O FONIAGRO e as CADECs têm a função de reduzir tal disparidade uma vez que empoderam os integrados através da conscientização de seus direitos e deveres face a relação contratual, e oferecendo ferramentas para uma melhor capacidade de negociação dos contratos. Além de contestarem os abusos da integradora durante as reuniões.

A função de dirimir os conflitos atinentes ao contrato de integração pelos membros das CADECs também deveria favorecer o desenvolvimento social pois em tese garante aos produtores uma mediação especializada que entenda as especificidades do contrato e sua aplicação na prática, porém, como demonstrado pelos dados do Ministério da Agricultura há um forte descontentamento nesse quesito.

O contrato de integração cria meios alternativos para sua negociação, municia o integrado com relatórios informativos, e possibilita o diálogo dos produtores com seus pares via comissões, tudo para que se evite o abuso do poder econômico pelo integrador, tentando afastar do produtor o contrato de adesão impositivo. A Lei de Integração busca assim um pagamento justo para o pequeno e médio agricultor integrado levando em conta o alto custo de tecnologia exigida para a produção e uma possível causa de dependência econômica do integrado.

Outra faceta do desenvolvimento rural diz respeito à questão ambiental de quem vive da terra. Além do empreendimento para o desenvolvimento da atividade

agrossilvipastoril objeto do contrato, as partes são concorrentes na obrigação de terem medidas de prevenção dos potenciais impactos ambientais, mitigar e recuperar os danos ambientais. A obrigação sanitária também é de ambas as partes, devendo ser planejado medidas de prevenção e controle de pragas e doenças.

Um dos maiores desafios do desenvolvimento rural diz respeito à promoção do meio ambiente equilibrado. O Estatuto da Terra define como um dos pilares da função social da terra a conservação dos recursos naturais (art. 1º, § 1º alínea C) de tal forma que se garanta o direito fundamental ao meio ambiente socialmente equilibrado como prevê o art. 225 da CF. Logo, os contratos agrários devem estar pareados com tais princípios, nas palavras de Antônio Neto: “A função ecológica dos contratos agrários obriga as partes contratantes utilizarem adequadamente os recursos naturais disponíveis e a preservar o meio ambiente. Isto significa que ora a lei ordena a prática de atos ou a omissão de certas atividades, ora a lei traz limitações à prática de outros” (Neto, 2016). Com o contrato de integração não é diferente, a atividade agrária dele decorrente deve ser executada de modo sustentável.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expôs-se neste artigo a importância do debate acerca do desenvolvimento rural para a melhora na qualidade de vida do trabalhador rural. A função social da terra, suas características como princípio do direito agrário, e as dificuldades legais em se fazer valer as garantias constitucionais. As características gerais dos contratos agrários na contemporaneidade, levando em conta a função social do contrato. O conceito pós-moderno dos contratos. Uma análise minuciosa das principais características do contrato de integração, seus elementos, partes, requisitos e objetos, sob a ótica à luz da função social da terra da Constituição Federal de 1988, e da função social do contrato. E por último o contrato de integração frente os desafios do desenvolvimento rural.

Ante a pesquisa realizada, a conclusão que se chega é que a lei de integração tipificou o contrato de tal modo que o mesmo está em plena conformidade com a função social da terra, e com a função social do contrato. Suas condições de validade, o FONIAGRO e as CADECs, e os mecanismos de transparência como o RIPI, são de suma importância para a promoção desenvolvimento rural dos pequenos e médio produtores agora integrados à agroindústria. Porém, a pesquisa apresentada pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento citada anteriormente, mostrou na prática certa fragilidade em equilibrar o poder das partes na hora de se definir as cláusulas contratuais ou fazer valer o que diz a lei.

Assim sendo, a redação lei de integração é um salto na garantia dos direitos dos agricultores, todavia ainda é preciso que se reflita meios práticos de garantir a plena aplicação da lei de integração à luz de seus princípios norteadores, que se combata toda forma de abuso em decorrência do abuso de poder econômico, e como todos os mecanismos de funcionalização do contrato de integração sejam fortalecidos de forma democrática.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Octavio Mello. **Curso de direito agrário: contratos agrários**. Brasília: Fund. Petrônio Portella, 1982.

NETO, Antônio José de Matos Neto. A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE NA LEGISLAÇÃO DE CONTRATOS AGRÁRIOS, SOB O OLHAR ÉTICO DA ORDEM CONSTITUCIONAL BRASILEIRA. **Revista de Direito Ambiental**. RDA VOL. 83. 2016.

ARAÚJO, Telga de. A propriedade e sua função social. In: LARANJEIRA, Raimundo. **Direito Agrário Brasileiro**. São Paulo: Ltr, 2000. p. 156-159.

ASSIS, Renato Linhares de. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Economia Aplicada**, v. 10, n. 1, p.75-89, mar. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-80502006000100005>.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL (ABAPA). **Relatório Anual**. São Paulo: Associação Brasileira de Proteína Animal, 2018.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 8.311-A, de 16 de agosto de 2017**. Inclui os §§ 6º e 7º no art. 6º da Lei n.º 13.288, de 16 de maio de 2016, que "dispõe sobre os contratos de integração, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e integradores, e dá outras providências".. . Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 13.288/2016, de 16 de maio de 2016**. Dispõe sobre os contratos de integração, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e integradores, e dá outras providências.. . Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 4.504/1964, de 30 de novembro de 1964**. DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA TERRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.. . Brasília, DF

BRASIL. **Lei nº 4.947/1966, de 06 de abril de 1966**. FIXA NORMAS DE DIREITO AGRÁRIO, DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE REFORMA AGRÁRIA, (IBRA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. . Brasília, DF

BRASIL. **Decreto nº 59.566/1966, de 14 de novembro de 1966**. REGULAMENTA AS SEÇÕES I II E III DO CAPITULO IV DO TITULO III DA LEI 4504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964, ESTATUTO DA TERRA, O CAPITULO III DA LEI 4947, DE 6 DE ABRIL DE 1966, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.. . Brasília, DF

BRASIL. **Lei nº 5.764/1971, de 16 de dezembro de 1971**. DEFINE A POLÍTICA NACIONAL DE COOPERATIVISMO, INSTITUI O REGIME JURÍDICO DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.. . Brasília, DF

BRASIL. **Lei nº 6.938/1981, de 31 de agosto de 1981**. DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, SEUS FINS E MECANISMOS DE FORMULAÇÃO E APLICAÇÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. . Brasília, DF

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Código Civil, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** 1a edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

BRASIL. **Lei nº 11.443/07, de 05 de janeiro de 2007.** DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 95 E 96 DA LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA TERRA.. Brasília, DF

BRASIL. **Projeto de Lei nº 8311/2017, de 16 de agosto de 2017.** Inclui os §§ 6º e 7º no art. 6º da Lei n.º 13.288, de 16 de maio de 2016, que "dispõe sobre os contratos de integração, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e integradores, e dá outras providências".. Brasília, DF

COLUCCI, Viviane. Os princípios gerais do contrato agrário. **Doutrinas Essenciais Obrigações e Contratos**, São Paulo, v. 10, n. 37, p.81-94, jul. 1986.

DARIO, Bruno Baltieri. **Impactos jurídicos da tipificação do contrato agroindustrial de integração no Brasil.** 2018. 338 f. Dissertação (Mestrado) - Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2018.

DAVIS, John H; GOLDBERG, Ray A. **A Concept of Agribusiness.** Boston: Division Of Research, 1957. 136 p.

JUNIOR, Waldyr Strumpf; BALSADI, Otavio Valentim. Políticas públicas e pesquisa para o desenvolvimento rural no Brasil. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2015. p. 500-540.

MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito agrário brasileiro.** São Paulo: Atlas, 2015.

MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra.** Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2003.

NALIN, Paulo Roberto Ribeiro. **Contrato: Conceito pós-moderno em busca de sua formulação na perspectiva Civil-Constitucional.** 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

OPITZ, Silvia C. B.; OPITZ, Oswaldo. **Curso completo de direito agrário.** São Paulo: Saraiva, 2016.

PAIVA, Nunziata Stefania Valenza. O PROBLEMA DA QUALIFICAÇÃO JURÍDICA DOS CONTRATOS DE INTEGRAÇÃO VERTICAL AGROINDUSTRIAIS NO DIREITO BRASILEIRO. **Revista Da Faculdade De Direito Da UFG**, 33(2), 184/198, 2010. <https://doi.org/10.5216/rfd.v33i2.9883>

REALE, Miguel. O projeto de Código Civil – situação atual e seus problemas fundamentais. São Paulo: Saraiva, 1986.

REVISTA DE DIREITO EMPRESARIAL. Belo Horizonte: Fórum, ano 16, rr. 2, maio 2019.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Brazilian Journal Of Political Economy**, [s.l.], v. 30, n. 3, p.511-531, set. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-31572010000300009>.

TRENTINI, Flavia. **Teoria geral do direito agrário.** São Paulo: Atlas, 2012.

TRENTINI, Flavia. **Contrato de integração, o novo contrato típico agrário.** Nov. 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-nov-10/direito-agronegocio-contratointegracao-contrato-tipico-agrario>>. Acesso em: 20 nov. 2019

WATANABE, Kassia. **Natureza jurídica do contrato de integração e sua importância no agribusiness.** 2002. 150 f. Monografia (Especialização) - Curso de Direito, Istituto di Diritto Agrario Internazionale e Comparato, Firenze, 2002.

WALD, Arnold. **Obrigações e contratos:** curso de direito civil brasileiro, v. 2. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. p.18